

EXPLORAR AS INTERSECCIONALIDADES ENTRE GÊNERO, RAÇA E IDENTIDADE, COM FOCO NAS NARRATIVAS FEMINISTAS

Autor: Carlos Eduardo gomes do Nascimento ¹

Orientadora: Alice Nayara dos Santos ²

RESUMO :

Este artigo tem como objetivo explorar as narrativas das mulheres afro-feministas sob a perspectiva da interseccionalidade, com o intuito de instigar a reflexão do leitor e aprofundar a discussão sobre as inter-relações entre gênero, raça e identidade, que surgem a partir das estruturas coloniais patriarcais. Inicialmente, analisaremos o conceito de interseccionalidade no contexto brasileiro. Em seguida, procederemos a uma análise das narrativas feministas que desafiam estruturas de poder e contribuem para a formação de movimentos de mudança social. Além disso, faremos uma reflexão sobre os estudos feministas de gênero no Brasil, considerando as abordagens teóricas e a importância de reconhecer esses estudos como expressões de vivências e representatividade. Nosso estudo será baseado, sobretudo, nas contribuições das autoras Kimberlé Crenshaw e Patricia Hill Collins, explorando também a participação de autores afro-feministas dentro do campo da origem epistemológica negra. Portanto, o trabalho visa apresentar as narrativas afro-feministas e contribuir para o enriquecimento do conhecimento científico relacionado à valorização dos estudos sobre interseccionalidade, gênero, raça e identidade, ampliando o entendimento sobre a interconexão das lutas feministas na sociedade contemporânea. A pesquisa espera fornecer insights valiosos sobre o impacto das narrativas afro-feministas na desconstrução das estruturas de opressão, bem como na promoção da igualdade de gênero e racial. Espera-se que esse estudo contribua para uma compreensão mais aprofundada das experiências das mulheres afro-feministas e, assim, promova mudanças significativas em políticas e práticas que visam à justiça social e à igualdade.

ABSTRACT:

This article aims to explore the narratives of Afro-feminist women from an intersectional perspective, intending to provoke reflection in the reader and deepen the discussion on the interrelationships between gender, race, and identity arising from patriarchal colonial structures. Initially, we will analyze the concept of intersectionality in the Brazilian context. Then, we will proceed to an analysis of feminist narratives that challenge power structures and contribute to the formation of social change movements. Additionally, we will reflect on feminist gender studies in Brazil, considering theoretical approaches and the importance of recognizing these studies as expressions of experiences and representation. Our study will primarily be based on the contributions of authors Kimberlé Crenshaw and Patricia Hill Collins, also exploring the involvement of Afro-feminist authors within the field of Black epistemological origin. Therefore, the work aims to present Afro-feminist narratives and contribute to enriching scientific knowledge related to the valorization of studies on intersectionality, gender, race, and identity, broadening the understanding of the

¹ Graduando/a do Curso de Letras Português e Inglês do Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Ceará, carlos.eduardo.gomes08@aluno.ifce.edu.br;

² Doutora em Educação pela Universidade Federal do Ceará- UFC, alice.santos@ifce.edu.br;

interconnection of feminist struggles in contemporary society. The research hopes to provide valuable insights into the impact of Afro-feminist narratives on dismantling structures of oppression, as well as promoting gender and racial equality. It is expected that this study will contribute to a deeper understanding of the experiences of Afro-feminist women and thus foster significant changes in policies and practices aimed at social justice and equality.

Palavras-chave: Interseccionalidade; Gênero; Raça; Identidade; Narrativas Feministas.

INTRODUÇÃO

Os estudos sobre gênero, raça e identidade se intensificaram no Brasil é de extrema importância o papel dos pesquisadores Feministas sobre o conhecimento as discussões sobre as inter-relações entre gênero, raça e identidade, que surgem a partir das estruturas coloniais patriarcais, contudo faz-se necessários compreender a partir da interseccionalidade que surgiu como um recurso metodológico para analisar questões vinculados a um aspecto mais teórico metodológico.

A interseccionalidade surgiu como um conceito fundamental no campo do ativismo e dos estudos sociais, tendo suas raízes na obra e no ativismo de mulheres negras e feministas. A professora e ativista Kimberlé Crenshaw é frequentemente creditada por cunhar o termo e desenvolver a teoria da interseccionalidade nos anos 1980.

Crenshaw destacou como as experiências das mulheres negras eram marginalizadas tanto pelos movimentos feministas, que frequentemente priorizavam as questões das mulheres brancas, quanto pelos movimentos antirracistas, que muitas vezes relegavam as questões de gênero a um segundo plano. Essa abordagem foi um marco crucial ao evidenciar a complexidade das identidades, mostrando que as opressões não podem ser compreendidas de maneira isolada, mas sim como interconectadas, moldando e influenciando as experiências das pessoas de maneira interseccional. A interseccionalidade, assim, surge como um instrumento poderoso para compreender e abordar as complexidades das desigualdades sociais, regularizando a intersecção de diversas formas de discriminação e privilegiando uma perspectiva inclusiva e holística na luta por justiça social.

A interseccionalidade está relacionada à forma como acontece a nossa sociedade, ou seja, da sobreposição ou a intercessão de determinadas identidades sociais sempre relacionada às categorias de dominação e ao mesmo tempo de opressão. Existem três patamares que estão relacionados a categoria da interseccionalidade, a categoria mulher e raça que foram analisadas separadamente sendo assim se tornando um termo muito genérico.

As categorias gênero pensado apenas em " as mulheres" é um termo genérico sem conseguir atender às diversas identidades sociais e as diferenças internas que as mulheres carregam.

Então o que a interseccionalidade irá propor junto ao movimento feminista negro é justamente a possibilidade de compreender como é possível analisar as categorias das mulheres a partir das suas identidade específicas sempre relacionando as três categorias unificadas, ou seja, quando a categoria gênero, raça e classe social devem ser analisadas em conjunto em uma relação de interseccionalidade, foi assim que Kimberly Crenshaw desenvolveu o que significa interseccionalidade. Segundo Crenshaw 2002:

[...] Interseccionalidade é uma conceituação do problema que busca capturar as conseqüências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos da subordinação. Ela trata especificamente da forma pela qual o racismo, o patriarcalismo, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas que estruturam as posições relativas de mulheres, raças, etnias, classes e outras. (CRENSHAW, 2002, p. 177).

A noção de interseccionalidade, conforme exposta por Crenshaw, representa uma abordagem crucial na compreensão das complexas dinâmicas sociais e estruturais que permeiam as interações entre diferentes formas de subordinação. Crenshaw destaca a importância de entender como diferentes sistemas de opressão se entrelaçam e afetam as experiências individuais e coletivas. Ela apresenta como a interseccionalidade revela as complexidades das desigualdades e como estas são moldadas por uma variedade de fatores sociais, também investiga a intricada teia formada pela interseção de múltiplos sistemas de opressão, como o racismo, o patriarcado e a opressão de classe. Ela lança luz sobre a maneira como esses sistemas interagem e se entrelaçam, gerando desigualdades que transcendem categorizações simplistas, afetando profundamente as posições sociais de mulheres, grupos étnicos, raças, classes e outras identidades.

A interseccionalidade representa um convite poderoso para romper com as abordagens simplistas e unidimensionais das desigualdades sociais. Ela não apenas desafia a análise isolada de cada forma de discriminação, mas também nos instiga a mergulhar nas interseções complexas que se entrelaçam e fortalecem as estruturas de opressão. Essa abordagem crítica é como um espelho multifacetado que reflete as interdependências entre raça, gênero, classe e outras formas de identidade, destacando as maneiras pelas quais esses sistemas de poder se entrelaçam, influenciam e moldam as experiências individuais e coletivas. Ao fazer isso, a interseccionalidade nos desafia a adotar uma visão mais inclusiva e a considerar a riqueza e complexidade das narrativas humanas, abrindo espaço para a construção de sociedades mais equitativas e justas.

Este artigo justifica-se pela a importância de explorar as interseccionalidades entre gênero, raça e identidade, e aprofundar a compreensão das intersecções reconhecendo que as opressões não são independentes, mas entrelaçadas e interdependentes. O feminismo, enquanto movimento de luta pela igualdade de gênero, deve ser permeado pela consciência das diferentes realidades vivenciadas por mulheres de diferentes origens étnico-raciais, orientações sexuais, classes sociais e identidades de gênero.

METODOLOGIA (OU MATERIAIS E MÉTODOS)

Durante as aulas de estágio supervisionado de inglês, um tema fundamental que emerge é o discurso e debate sobre o feminismo, ressaltando as interconexões entre gênero, raça e identidade. Essa discussão é um convite para mergulhar nas riquezas da curiosidade científica, expandindo horizontes e perspectivas.

O feminismo, como movimento, tem evoluído ao longo do tempo, impulsionando mudanças sociais significativas e desafiando estruturas de poder arraigadas na sociedade. No entanto, uma compreensão completa do feminismo vai além da visão unilateral do gênero. A interseccionalidade surge como uma ferramenta crucial, evidenciando como o gênero se entrelaça com outras identidades, como raça, classe social, orientação sexual e muito mais.

Nas aulas de estágio, as contribuições são enriquecedoras, fomentando discussões que se desdobram em análises bibliográficas profundas. Estudantes são encorajados a explorar obras de pensadoras e pesquisadoras cujas contribuições ampliam a compreensão do feminismo interseccional. Autores como Bell Hooks, Audre Lorde, Kimberlé Crenshaw e Angela Davis são algumas das vozes poderosas que enriquecem esse debate.

Inicialmente, analisaremos o conceito de interseccionalidade no contexto brasileiro. Em seguida, procederemos a uma análise das narrativas feministas que desafiam estruturas de poder e contribuem para a formação de movimentos de mudança social. Além disso, faremos uma reflexão sobre a história do feminismo de gênero no Brasil, considerando as abordagens teóricas e a importância de reconhecer esses estudos como expressões de vivências e representatividade, portanto Collins(2016) destaca essa ramificação e área de estudo, “Ganhar acesso a cargos acadêmicos permite que as mulheres afro-americanas tragam ideias da política feminina negra com elas para a academia através dos duplos fluxos de feminismo negro e estudos sobre raça/classe/gênero” (COLLINS; BILGE, 2016, p.78).

REFERENCIAL TEÓRICO

Nosso estudo será baseado, sobretudo, nas contribuições das autoras Kimberlé Crenshaw e Patricia Hill Collins, explorando também a participação de autores feministas dentro do campo da origem epistemológica negra como Clélia Maria de Lima, Lélia Gonzalez, Sueli Carneiro e Beatriz Nascimento.

Partindo para uma análise dos estudos interseccionais, um conceito norte americano que ganhou força a partir dos estudos feministas da terceira geração ou período feminista. A interseccionalidade é uma lente complexa e essencial para compreender a interconexão entre as diversas formas de opressão e discriminação que os indivíduos podem enfrentar. Este conceito inovador, cunhado pela professora e ativista Kimberlé Crenshaw, destaca a necessidade de considerar as múltiplas identidades de uma pessoa como gênero, raça, classe social, orientação sexual, habilidades, e como essas identidades se sobrepõem e se interligam, afetando a forma como alguém é percebido e tratado na sociedade. Por exemplo, uma mulher negra pode enfrentar desafios que vão além do sexismo ou do racismo isoladamente. Ela pode enfrentar uma forma específica de discriminação que surge da intersecção dessas identidades, encontrando obstáculos que pessoas brancas ou homens negros talvez não enfrentem. É como se estivesse em uma encruzilhada, sujeita a diversas formas de discriminação ao mesmo tempo.

A interseccionalidade não se trata apenas de considerar essas interconexões, mas também de agir em consequência desse entendimento. Ela nos desafia a buscar justiça de forma mais inclusiva e abrangente, reconhecendo as diversas camadas de desigualdade e lutando contra todas elas simultaneamente “[...] as concepções operativas de raça e sexo se tornam ancoradas em experiências que, na realidade, representam apenas um subconjunto de um fenômeno muito mais complexo” (CRENSHAW, 1989, p. 140).

É essencial integrar a interseccionalidade em nossos discursos, políticas e ações para construir uma sociedade mais justa e equitativa. Isso requer ouvir as vozes daqueles que são marginalizados não apenas por uma, mas por várias razões, e criar espaços que considerem e valorizem verdadeiramente a riqueza da diversidade humana.

Ao adotarmos uma perspectiva interseccional, estamos nos comprometendo com uma compreensão mais completa e empática das experiências das pessoas, reconhecendo não apenas uma única dimensão de suas identidades, mas sim a complexidade e a interligação de

todas elas. É um convite para abraçar a diversidade em sua totalidade, celebrando não apenas as diferenças, mas também a riqueza que surge quando reconhecemos e honramos a multiplicidade de experiências e perspectivas em nosso mundo.

DISCUSSÕES E DEBATES

Dentro das teorias de gênero precisamos superar as concepções colonizadoras que o mundo ocidental construiu. Aqui fica um questionamento particular dos (as) autores (as), até que ponto as mulheres negras não teriam sido silenciadas dentro das suas relações de autonomia ou até que ponto uma mulher negra pobre e uma mulher branca pobre estão nas mesmas condições de desigualdade social?, nessa perspectiva, as diferenças entre mulheres brancas e negras não estão em suas essências, mas se apresentam como “[...] diferença de condições sociais” (BRAH, 2006, p. 341). É justamente pensando nessas questões de classe, raça e gênero que as teorias da interseccionalidade são importantes. Segundo Kimberly Crenshaw (2004, p. 7-17) “A visão tradicional afirma: a discriminação de gênero diz respeito às mulheres e a racial diz respeito à raça e à etnicidade. Assim como a discriminação de classe diz respeito apenas a pessoas pobres”

Na sociedade patriarcal os estudos sobre gênero, raça e identidade eram estudos feitos singularmente, divididos entre categorias, porém ao decorrer do tempo e do movimento feminista negro que passou por três grandes períodos ou gerações esses estudos singulares passaram a se interseccionar, ou seja, se interligaram, pois a categoria gênero, homem ou mulher, raça, classe, preto entre outros e identidade, são categorias que estão totalmente conectadas e é através da interseccionalidade que podemos entender isso. Portanto Brah, 2006 destaca:

O signo “mulher” tem sua própria especificidade constituída dentro e através de configurações historicamente específicas de relações de gênero. Seu fluxo semiótico assume significados específicos em discursos de diferentes “feminilidades” onde vem a simbolizar trajetórias, circunstâncias materiais e experiências culturais históricas particulares. [...] Aqui o foco analítico está colocado na construção social de diferentes categorias de mulheres dentro dos processos estruturais e ideológicos mais amplos. Não se afirma que uma categoria individual é internamente homogênea. Mulheres da classe trabalhadora, por exemplo, compreende grupos muito diferentes de pessoas tanto dentro quanto entre diferentes formações sociais (BRAH, 2006, p. 341).

Brah, (2006) destaca a complexidade da construção do conceito de "mulher", mostrando como ele é moldado por contextos históricos, discursos culturais e estruturas

sociais. Respeitar essa diversidade é crucial, reconhecendo que diferentes categorias de mulheres são influenciadas por variáveis como classe social, cultura e experiências individuais, desafiando qualquer ideia de homogeneidade dentro desses grupos.

Os estudos sobre interseções são pesquisas norte americanas baseados nas contribuições das autoras Patrícia Hill Collins e Kimberly Crenshaw que desenvolveram o que podemos nomear de método ou teorias que estudam o gênero, raça e identidade coletivamente fortalecendo os princípios orientadores da identidade feminina e humana.

É importante ressaltar que autoras feministas brasileiras iniciaram esses estudos sobre interseções muito antes de serem nomeadas pelas norte americanas, ou seja, autoras como Clélia Maria de Lima, Lélia Gonzalez, Sueli Carneiro e Beatriz Nascimento são algumas das principais autoras brasileiras do movimento feminista negro. Existem variações de dados, mas suas contribuições variaram principalmente desde a década de 1970 até os dias atuais, elas apreciavam essa visão de estudos de gênero, raça e identidade de forma coletiva, com interligações entre as categorias, “em diferentes momentos, distintas/os autoras/es ou vertentes ganham maior ou menor visibilidade política e cultural, e maior ou menor acesso ao microfone público e aos recursos materiais e culturais, às vezes conseguindo se estabelecer como hegemônicos” (ALVAREZ, 2014, p. 18) de tal modo que, “apesar de essa hegemonia discursiva ter delimitado estreitamente o que e quem compunha ‘o’ movimento feminista, o campo feminista contemporâneo no Brasil e em muito da América Latina de fato já nasceu plural e heterogêneo” (p. 23).

Portanto, as narrativas feministas têm sido desenvolvidas como poderosas na tarefa de transformação das estruturas de poder, moldando movimentos de mudança social ao longo do tempo. Essas narrativas não apenas expõem as desigualdades profundamente apresentadas, mas também contestam e desmontam as estruturas que perpetuam a opressão baseada no gênero. Sueli Carneiro (1995) aponta um dado histórico: “o estupro colonial da mulher negra pelo homem branco no passado e a miscigenação daí decorrente criaram as bases para a fundação do mito da cordialidade e democracia racial brasileira” (p. 546). Essa citação de Sueli Carneiro é poderosa ao apontar para as raízes profundas da construção do mito da cordialidade e da democracia racial no Brasil. Ela se destaca como a violência histórica do estupro colonial contra mulheres negras, somada à subsequente miscigenação forçada, que desempenhou um papel na formação dessa narrativa. Esse ponto compreende as bases sobre as quais se ergueram muitas das estruturas sociais e raciais do país, desafiando a ideia de uma suposta harmonia racial ao revelar as injustiças e violências enraizadas na história brasileira.

Essas narrativas são histórias de resistência, de mulheres atuantes e ativistas e de comunidades marginalizadas que se recusam a se curvar diante das normas e expectativas impostas. Esses movimentos questionam os sistemas de poder patriarcal, Phillips (1996), destaca:

Quando a política das idéias é tomada isoladamente do que eu chamarei política de presença, ela não dá conta adequadamente da experiência daqueles grupos sociais que, em virtude de sua raça, etnicidade, religião, gênero, têm sido excluídos do processo democrático. Inclusão política tem sido cada vez mais – e eu acredito que acertadamente – vista em termos que pode ser concretizada somente por política de presença” (PHILLIPS, 1996, p. 146).

Ou seja, por muito tempo esse sistema manteve as mulheres em silêncio e em segundo plano, abrindo espaço para vozes antes silenciadas. Ao desafiar as estruturas de poder, as narrativas feministas reivindicam o direito das mulheres não apenas à igualdade, mas também à autonomia sobre seus corpos, suas escolhas e seus destinos. Elas destacam a importância da diversidade de experiências das mulheres, apoiando que as lutas variam de acordo com raça, classe, orientação sexual e outras interseções de identidade.

Essas narrativas são motores componentes da formação de movimentos de mudança social, conectando pessoas em torno de causas comuns e inspirando a ação coletiva. Elas fortalecem a solidariedade entre diferentes grupos, unindo indivíduos na busca por justiça e igualdade genuínas, “Não basta inquirir como as mulheres podem se fazer representar mais plenamente na linguagem política. A crítica feminista também deve compreender como a categoria das ‘mulheres’, o sujeito do feminismo, é produzida e reprimida pelas mesmas estruturas de poder por intermédio das quais se busca a emancipação” (BUTLER, 2003, p. 19).

Então foi através da educação, da arte, da mídia e de outras formas de expressão, que as narrativas feministas desafiam os paradigmas estabelecidos, ampliando as visões de mundo e fomentando debates fundamentais sobre direitos humanos, equidade de gênero e inclusão. No entanto, mais do que apenas desafiar, essas narrativas oferecem alternativas e visões de um futuro mais igualitário. Elas apresentam modelos de sociedade onde as relações de poder são baseadas na cooperação, no respeito mútuo e na valorização da diversidade.

À medida que essas narrativas se multiplicam e ecoam através de diferentes culturas e comunidades, elas impulsionam mudanças reais. Eles encorajam a reavaliação das estruturas sociais, políticas e econômicas, inspirando ações que visam a construção de um mundo onde todas as pessoas, independentemente do gênero, possam florescer livremente, sem limitações impostas por sistemas opressivos.

UM BREVE RESUMO SOBRE O MOVIMENTO FEMINISTA

O feminismo é um movimento complexo e multifacetado que se desdobrou ao longo do tempo em três grandes ondas, cada uma delas marcada por contextos históricos distintos e objetivos específicos. O feminismo é uma jornada marcada por resistência, luta e conquistas. Sua história remonta a séculos passados, onde mulheres desafiaram as estruturas de poder patriarcais em busca de igualdade, liberdade e reconhecimento.

Existe uma teoria do Feminismo que o separa de três grandes períodos, fazendo uma pequena análise e diferença desses movimentos ou ondas feministas. Nos séculos XVIII e XIX, os movimentos iniciais lançaram as bases do que viria a ser o feminismo moderno. As reivindicações por direitos civis, acesso à educação e participação política foram impulsionadas por mulheres como Mary Wollstonecraft e as sufragistas, que enfrentaram resistência para garantir o direito ao voto que foi impulsionada pela luta por direitos básicos, como o movimento e o acesso à educação. Esse período foi marcado por figuras como Susan B. Anthony e Elizabeth Cady Stanton nos Estados Unidos, e Bertha Lutz no Brasil, que lutaram arduamente pela igualdade legal e direitos civis para as mulheres e está ligada principalmente ao movimento de participação direta das mulheres no campo político através do voto sufragista.

A segunda onda, nos anos 1960 e 1970, foi um período de reavivamento e expansão do movimento feminista. Foi marcada pela luta por direitos reprodutivos, igualdade no local de trabalho e pelo reconhecimento das mulheres como sujeitos políticos. Pesquisadoras como Simone de Beauvoir, Betty Friedan e Angela Davis desempenharam papéis cruciais, questionando estruturas sociais profundamente arraigadas e promovendo uma consciência coletiva sobre a opressão das mulheres. Então a segunda onda ou geração, seria chamada de Feminismo Liberal, ou seja, ligado aos valores morais, buscando a noção de identidade do corpo e as autonomias feministas em relação às questões do trabalho, além da moralidade como o movimento dos anos de 1940, 1950 e 1960.

A terceira onda ou período surgiu nos anos 1990, e trouxe uma abordagem mais diversificada e inclusiva. Neste estágio, o foco se ampliou para questões de interseccionalidade, acompanhando a diversidade de experiências dentro do movimento feminista. Surgiram discussões sobre raça, classe, sexualidade e identidade de gênero, com

autores como bell hooks, Audre Lorde e Kimberlé Crenshaw desafiando a visão monolítica do feminismo e promovendo uma perspectiva mais inclusiva e abrangente.

A teoria da interseccionalidade está ligada a terceira grande geração ou onda do feminismo, principalmente associado ao Feminismo negro nos anos de 1970, 1980. Então foi justamente nessa conjuntura que o movimento negro e principalmente o movimento feminista negro buscou relatar a importância das categorias mulher, não mais do ponto de vista genérico, mas também das categorias específicas. Foi nesse cenário que a tradução norte americana surgiu e as pesquisadoras brasileiras começaram a relacionar a interseccionalidade como forma de explicar no meio dessa conjuntura da terceira geração junto aos militantes, pensadores e ativistas da questão feminina e social das mulheres negras no Brasil, as relações da vulnerabilidade que dentro da sociedade patriarcal as mulheres carregam. Então Bairros, (1995) destaca:

Raça, gênero classe social orientação sexual reconfiguram-se mutuamente formando [...] um mosaico que só pode ser entendido em sua multidimensionalidade. [...] Considero essa formulação particularmente importante não apenas pelo que ela nos ajuda a entender diferentes feminismos, mas pelo que ela permite pensar em termos dos movimentos negro e de mulheres negras no Brasil. Este seria fruto da necessidade de dar expressão a diferentes formas da experiência de ser negro (vivida através do gênero) e de ser mulher (vivida através da raça) o que torna supérfluas discussões a respeito de qual seria a prioridade do movimento de mulheres negras: luta contra o sexismo ou contra o racismo? - já que as duas dimensões não podem ser separadas. Do ponto de vista da reflexão e da ação políticas uma não existe sem a outra. (BAIROS, 1995, p. 461).

Neste argumento de Bairros (1995), fica claro como a interseccionalidade entre raça, gênero, classe social e orientação sexual cria um mosaico intrínseco, uma tessitura complexa que só pode ser desenvolvida na sua multidimensionalidade. A formulação é crucial não apenas para a compreensão de diversos feminismos, mas também para compensar os movimentos negros e de mulheres negras no contexto brasileiro. A necessidade de dar voz às diferentes vivências da negritude atravessadas pelo gênero e à experiência feminina permeada pela raça torna obsoletas as discussões sobre a prioridade entre a luta contra o sexismo e o combate ao racismo, pois essas dimensões estão inflexivelmente ligadas. Do ponto de vista político e reflexivo, uma não existe sem a outra, exigindo uma abordagem holística para a ação e o pensamento.

Cada geração do feminismo trouxe avanços na busca pela igualdade de gênero, embora tenha enfrentado desafios únicos e diferentes. A trajetória desses períodos reflete não apenas a evolução das lutas feministas, mas também a transformação das estruturas sociais e

culturais ao longo do tempo, destacando a necessidade contínua de uma abordagem dinâmica e adaptável para alcançar a igualdade de gênero em todas as suas formas.

A história do feminismo é uma narrativa de coragem e resiliência. É um testemunho da força das mulheres que desafiaram normas sociais e estruturas de poder em busca de um mundo mais justo e equitativo para todas as pessoas, independentemente do gênero. Essa história continua sendo escrita, impulsionada pela determinação de tantas vozes que se unem na busca por um futuro onde a igualdade seja uma realidade incontestável.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Poe estabelecer uma ponte com perspectivas pós-estruturalistas e desconstrucionistas que se tornaram bastante influentes no pensamento feminista brasileiro, o conceito de interseccionalidade pode se constituir num novo campo de investigação feminista capaz de encorajar feministas das mais distintas perspectivas a se engajar criticamente com seus próprios pressupostos de maneira reflexiva, situada e responsável.

Nesse sentido, a interseccionalidade precisa ser melhor difundida no Brasil, um país marcado por profundas desigualdades raciais, de classe e de gênero, pois permite a consolidação de uma teoria feminista mais apropriada às especificidades locais. Além disso, a interseccionalidade estimula o pensamento complexo, a criatividade e evita a produção de novos essencialismos. Isto não significa afirmar, contudo, que trate-se de “ meta teórica ” capaz de abranger todas as questões que são fundamentais, mas que, exatamente por suas características de maleabilidade e ambigüidade teórica, fornece um campo aberto de novas possibilidades de pesquisa e intervenção.

O feminismo é muito mais do que uma simples luta pela igualdade entre os gêneros. É um movimento que confirma a complexidade das experiências das mulheres, levando em conta não apenas a diferença de gênero, mas também as interseções com raça, classe social, orientação sexual, habilidades e outras identidades que moldam a vida das mulheres de maneiras diversas.

A importância do feminismo com interseções reside na capacidade de dar voz e visibilidade às mulheres que enfrentam múltiplas formas de opressão. Não podemos ignorar que as experiências das mulheres são profundamente influenciadas pela intersecção de suas identidades. Uma mulher branca pode ter desafios diferentes de uma mulher negra, assim como uma mulher cisgênero pode enfrentar situações distintas de uma mulher trans. O

feminismo interseccional reconhece essas diferenças e busca incluir todas as vozes, na tentativa que nenhuma mulher seja deixada para trás na luta por igualdade. Ao abraçar as interseções no feminismo, estamos regulamentando a necessidade de políticas, movimentos e discursos mais inclusivos. Estamos desafiando os estereótipos e padrões que perpetuam a exclusão, lutando por uma igualdade que considera a diversidade das experiências femininas.

Além disso, o feminismo com interseções é fundamental para construir alianças e solidariedade entre mulheres de diferentes origens e vivências. É uma chamada para compreender os privilégios e entendermos como podemos ser aliadas umas das outras na busca por um mundo mais justo e equitativo.

É urgente que o feminismo não seja limitado por uma visão unidimensional, mas sim que incorpore as nuances e complexidades das experiências das mulheres. Somente ao considerar e valorizar as interseções das identidades é que podemos realmente seguir em direção a uma sociedade onde todas as mulheres possam viver livres da opressão e do preconceito.

REFERÊNCIAS

ALVAREZ, Sonia E. **“Para além da sociedade civil: reflexões sobre o campo feminista”**. Cadernos Pagu, Campinas, v. 43, p. 13-56, jan./jun. 2014.

BAIROS, L. **Nossos feminismos revisitados**. Revista Estudos Feministas. N. 02, 1995, p. 458-463.

BUTLER, J. **Problemas de gênero. Feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira .2003.

BRAH, Avtar. “Diferença, diversidade, diferenciação”. **Cadernos Pagu**, Campinas, v. 1, n. 26, p. 29-376, jan./jun. 2006.

CARNEIRO, Sueli. **“Mulheres em movimento”**. Estudos Avançados, São Paulo, v. 17, n. 49, p. 117-132, dez. 1995.

CRENSHAW, Kimberlé. **“Demarginalizing the intersection of race and sex: a black feminist critique of antidiscrimination doctrine, feminist theory and antiracist politics”**. The University of Chicago Legal Forum, n. 140, p. 139-167, 1989.

COLLINS, Patricia Hill; BILGE, Sirma. **Intersectionality**. Cambridge: Polity Press, 2016.

CRENSHAW, K. **Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero.** Estudos Feministas, Florianópolis, v. 10, n. 1, p. 171-188, jan. 2002.

CRENSHAW, Kimberlé. **A interseccionalidade na discriminação de raça e gênero.** VV. AA. Cruzamento: raça e gênero. Brasília: Unifem, v. 1, n. 1, p. 7-16, 2004.

GOMES, Nilma Lino. **“Alguns termos e conceitos presentes no debate sobre relações raciais no Brasil: uma breve discussão”.** In: BRASIL. Educação anti-racista: caminhos abertos pela lei federal nº 10.639/03. Brasília: MEC, Secretaria de Educação Continuada e Alfabetização e Diversidade, 2005. p. 39-62.

PHILLIPS, A. **Dealing with Difference: A Politics of Ideas, or a Politics of Presence?**In: BENHABIB, S. (ed). Democracy and Difference. Princeton: Princeton University. 1996.